



DOI: 10.20396/rfe.v15i00.8671179

A Filosofia Política de Anísio Teixeira em face do interesse capitalista

Anísio Teixeira's Political Philosophy in the face of capitalist interest

Elismar Bezerra Arruda¹ 

RESUMO

Neste trabalho, por meio dos elementos teórico-metodológicos do Materialismo Histórico, examino a filosofia política e proposições político-educacionais de Anísio Teixeira, face à natureza do sistema capitalista e da condição econômico-social das massas trabalhadoras. Defendo a importância da sua luta para as lutas dos trabalhadores por educação e defesa da Escola Pública, estabelecendo seus limites; dados pela concepção de mundo que a orienta, consoante à materialidade capitalista. Por fim, consoante à crítica realizada e na perspectiva da emancipação das massas trabalhadoras, destaca-se as construções teórico-práticas nas lutas e movimentos dessas massas.

Palavras-chave: Escola Pública. Trabalhadores. Anísio Teixeira.

ABSTRACT

This work, through the theoretical and methodological elements of Historical Materialism, aims to examine the political philosophy and political-educational propositions of Anísio Teixeira in light of the nature of the capitalist system and the socio-economic condition of the working masses. I argue for the importance of his fight for workers' struggles for education and the defense of Public School, while acknowledging their limitations given by the worldview that guides it, in accordance with capitalist materiality. Finally, based on the critique conducted and aiming for the emancipation of the working masses, I highlight the theoretical-practical constructions in the struggles and movements of these masses.

Keywords: Public School. Workers. Anísio Teixeira.

¹ Doutor em Educação pela Universidade Federal Fluminense (2017). Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (2011). Possui Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso (1986). Atualmente é efetivo - Secretaria de Estado de Educação e efetivo - Secretaria Municipal de Educação de Cuiabá. E-mail: elismar.b.arruda@gmail.com

Introdução

Anísio foi um educador no sentido maior do termo. Ambientado criticamente no seu tempo e lugar, inconformado com as limitações do processo econômico-social brasileiro confrontado à estatura das grandes nações, notadamente a norte-americana, quis reformulá-lo naquele sentido; reforma que, nos limites do liberalismo, representava determinada "radicalidade" em relação à concepção liberal das "elites governantes" locais. Assim, com sua luta por um novo projeto nacional, elevou-se às dimensões político-pedagógicas dos estadistas. Liberal convicto teve que, por muitas vezes, ou quase sempre, reafirmar essa sua filiação político-ideológica para "provar" publicamente que sua crítica à realidade nacional não se confundia com as posições de esquerda, nem com os movimentos de orientação marxistas e/ou com finalidade socialista. Aflora de sua obra teórica e política a sua paixão pelo Brasil, o seu compromisso com a educação das massas e sua dedicação e luta por uma nova Escola Pública.

Contudo, pretendo desenvolver uma crítica à sua concepção de mundo, à sua filosofia política, matriz teórico-prática, que expressa sua concepção de homem, de educação, de escola, de país e de luta. Cujo objetivo é evidenciar, por um lado, as limitações da filosofia política *anisiana* em face das condições e das necessidades históricas das massas trabalhadoras; e, por outro lado, demonstrar e afirmar a necessidade da radicalidade da filosofia política que se desenvolve como exigência dos movimentos, organizações e lutas dessas massas em seu complexo, contraditório e rico processo de *construção hegemônica*.

Cumprе anotar de início, portanto, que evidenciar aqueles limites, demonstrar criticamente a insuficiência da filosofia política *anisiana*, não pode dar margem às interpretações minimizadoras da sua presença militante na história da Educação e da Escola Pública brasileiras. Com efeito, é preciso destacar a importância que o intelectual baiano de Caiteté atribui à Educação para a concepção e o desenvolvimento de um projeto nacional; o que faz emergir, como fundamental, a necessidade de percebermos as relações que estabelece em suas análises e afirmações entre a educação e o processo de vida, o processo humano, no sentido de verificar se, em sua visão de mundo, os elementos materiais, econômicos, estão dimensionados adequadamente.

Em Anísio (2006, p. 244), a educação, precisamente a educação-escolar, não é concebida na forma de um pedagogismo estéril, com um fim em si mesma, conforme podemos verificar em sua afirmação: "Não se pode, com efeito, discutir educação como algo em si mesmo. Nada mais ela é do que epifenômeno de forças muito mais profundas, que controlam a sociedade". Vê-se, por essa afirmação, que a educação é concebida como elemento que transborda os limites escolares e, assim, afigura-se como elemento fundante para a definição e o desenvolvimento de um projeto de sociedade e de país. Assim, ao pensar e lutar por um novo projeto nacional, cujo objetivo societário era a "sociedade democrática", a qual requer a formação de "indivíduos autônomos e iguais", a educação e a escola ocupam papel central.

Em face da luta política e da obra teórica desse intelectual liberal, parto da compreensão de que há uma diferença fundamental entre a "natureza" do que se pode denominar intelectual liberal-humanista, ou "liberal-democrático", para usar uma expressão do próprio Anísio Teixeira (2006, p. 239), daquilo que o constitui como homem com essa função na sociedade; e o "ser" do empresário, aquilo que o faz ser o capitalista que é, requerido pela dinâmica do sistema econômico. Ainda que ambos constituam determinada totalidade, precisamente a realidade econômico-social capitalista e, mais que isto, embora nessa totalidade constituam a totalidade-parte dos que defendem o sistema do capital, mesmo assim, afiguram-se como realidades-parte que se diferenciam e até se antagonizam em determinados momentos. Daí que o intelectual pode, por um equívoco, limitações ou paixão teórico-metodológica², encantar-se e defender com singular sinceridade o que só aparentemente o liberalismo afigura ser e, assim, se apresenta para a humanidade; enquanto o segundo, se não sabe teórico-cientificamente, sente praticamente, economicamente, que a preservação da sua "natureza", do seu ser, depende da efetivação de uma dinâmica econômico-social, do desenvolvimento de determinado tipo de relações sociais (precisamente o processo de valorização do capital) em que o seu ser-proprietário se faz com a expropriação e, portanto, com a negação da

² É evidente que, também, por outros interesses, diversos, mas, não é o caso de Anísio; pelo menos é o que foi possível perceber em sua obra teórica e na luta política em favor da Educação e da Escola Pública.

autonomia do ser-trabalhador, cuja subsunção a esse processo é a condição fundamental para a produção-reprodução do capital ³.

Enquanto certa ingenuidade, decorrente de uma compreensão equivocada da história da humanidade e, conseqüentemente, do liberalismo, é o que pode caracterizar o intelectual "liberal-democrático", ao fazer a crítica a determinada política liberal por não realizar para a humanidade o que o liberalismo anuncia "teoricamente" em sua "abstrata pureza", conforme indica Losurdo (2006, p. 12); é determinado cinismo, o que caracteriza o segundo, porque sabe que o que promete não passa de ideologia no sentido negativo, a qual tem o objetivo deliberado (consciente) de manter as massas na ingênua crença do cumprimento das suas enganosas promessas. Com efeito, a crítica a um e ao outro tem naturezas diferentes, e precisa ser desenvolvida em sentidos específicos e intransigente, em face do que reclama historicamente a classe dos subalternos, por suas organizações, movimentos e lutas emancipacionistas.

Referenciado nos elementos teórico-metodológicos do Materialismo Histórico, examino a concepção de mundo e de homem que emerge em três obras de Anísio, que sintetizam seus discursos e projetos político-educacionais e, assim, evidenciam os elementos fundamentais do seu projeto nacional; confronto-os, por um lado, com o projeto de país que os setores hegemônicos da burguesia nacional estavam a realizar na forma do "capitalismo dependente" e, por outro lado, com as necessidades e perspectivas de emancipação indicadas pelas organizações, lutas e movimentos das massas trabalhadoras.

É assim que, ao demonstrar, por um lado, que a crise intelectual que atormenta Anísio Teixeira nasce da contradição insuperável entre a natureza do sistema capitalista e o tipo de sociedade e de país que sonha e luta para desenvolver; por outro lado, demonstro que, dado o caráter irreformável do capitalismo ⁴ e as características com que este se desenvolve no Brasil, na forma da *dependência* e do

³ Para maior aprofundamento sobre a Subsunção (formal e real) do Trabalho no Capital é importante verificar Marx (2010, p. 87-108).

⁴ Mészáros (2008, p. 27): Como sabemos muito bem pela lamentável história da estratégia reformista [...] que outrora prometeram a transformação gradual da ordem capitalista numa ordem qualitativamente diferente, socialista -, o capital é irreformável porque pela sua própria natureza, como totalidade reguladora sistêmica, é totalmente *incorrigível*. Ou bem tem êxito em impor aos membros da sociedade [...] os imperativos estruturais do seu sistema como um todo, ou perde a sua viabilidade como o regulador historicamente dominante do modo bem-estabelecido de reprodução metabólica universal e social.

subdesenvolvimento,⁵ sob a direção férrea de uma classe proprietária-governante conformada e protagonista dessa lógica, aquela crise, em seu caráter teórico-metodológico fundamental, só pode ser superada pela filosofia política decorrente e orientadora do protagonismo político-pedagógico que se desenvolve como construção hegemônica das massas trabalhadoras em negação à sociedade burguesa.

Nesse sentido, é importante observar que a crítica de que é vítima, desferida pelos setores mais conservadores da sociedade, notadamente por aqueles ligados à Igreja Católica, não é uma crítica “apenas” acadêmica ou restrita aos sítios da educação; trata-se, na verdade, de uma crítica político-educacional que expressa determinada materialidade econômico-social, confrontando, assim, projetos divergentes de país e de sociedade. Essa contundente crítica leva-o a assumir posições mais avessas às concepções marxistas e socialistas e, assim, reacionárias ao projeto e ao protagonismo radicalmente autônomo das massas - estes que só podem se desenvolver em contradição, confronto, no sentido da negação/superação da realidade econômico-social determinada pela estrutura do processo capitalista de produção.

Concepções Anisianas de Homem, Educação e Escola

Para Anísio Teixeira a educação, notadamente a educação-escolar, tem um caráter instrumental em face da realidade econômico-social; desse modo, afigura-se como elemento fundamental para a transformação intencional, organizada, de determinado processo humano, ou determinada realidade social. É nesse sentido que a educação e a escola são concebidas como elementos fundamentais para a transformação da materialidade econômico-social brasileira, tendo como objetivo societário a elaboração da "sociedade democrática". Com efeito, concebe e busca desenvolver o seu projeto de reforma educacional-escolar, apresentando-o como crítica à realidade econômico-social nacional e, assim, indicando a necessidade e os fundamentos da construção de um novo projeto nacional.

⁵ Sobre dependência e subdesenvolvimento, forma com que o capitalismo se desenvolveu na América Latina e, notadamente no Brasil, é fundamental a obra de F. Fernandes (2009, p. 34-35).

De início, pode-se ver na iniciativa de Anísio Teixeira, elementos da "grande política" de que nos falou Gramsci (1989, p. 159), isto é: "questões ligadas à fundação de novos Estados". É assim que, distanciando-se de iniciativas demagógicas, próprias da "pequena política", o autor apresenta os fundamentos desse seu projeto a partir da análise e interpretação do processo humano, ancorado na filosofia política desenvolvida por John Dewey - o Pragmatismo. Por esse meio, ao tratar da educação e da escola necessárias à elaboração do homem moderno, procura situá-lo no processo "evolutivo" da humanidade, então indaga Teixeira (1968, p. 118): "Qual, pois, a nossa concepção da natureza humana?" Por esta indagação, pode-se entender que o destacado intelectual baiano, depois de caracterizar a educação como elemento inexorável do progresso dos homens, quer remeter nossa compreensão sobre o problema educacional brasileiro e, assim, sobre o alcance, a dimensão político-social, da sua proposta educacional, para além dos limites do estritamente educacional ou educacional-escolar.

Deve-se perceber, então, que, essa preocupação tem o objetivo de destacar a importância da educação-escolar, mas, também de precisar sua função: a de ser o instrumento imprescindível para a qualificação sociocultural das massas. Em sua visão, essa qualificação educacional-cultural das massas, afigurava-se como elemento imprescindível para o desenvolvimento de uma nova qualidade do processo econômico-social brasileiro, o qual ganharia uma nova qualidade justamente pela participação esclarecida, ativa, dos indivíduos constituintes dessas massas.⁶

Dessa forma, trata da natureza humana destacando o seu caráter dinâmico e humano, no sentido de o homem se desenvolver como uma realização do próprio homem. É o que se pode entender dessa sua afirmação: "reputamos a natureza humana essencialmente mutável e essencialmente mutável como um corolário disso, a ordem social" (Teixeira 1968, p. 119) e da seguinte advertência: "Dependerá da sabedoria dos homens conduzir essas mudanças para a sua felicidade ou para a sua infelicidade". Diante de tais asserções, vejamos como Anísio Teixeira (1968, p. 118) expressa a sua concepção de homem, ou qual a sua resposta à "[...] primeira e principal pergunta da filosofia"⁷:

⁶ (Teixeira, 1957, p. 79-81)

⁷ Gramsci (1981, p. 38)

O homem é simplesmente um animal em que a obra de ajustamento ao seu meio, longe de se fazer por processos fixos e estáticos, pode assumir as formas mais diversas. Todos os demais animais se ajustam ao meio com uma considerável fixidez - que não é, entretanto, absoluta - e esbarram em uma perfeição, que só o é, porque a mudança se tornou, virtualmente, impossível. O homem, dotado em grau mais alto do poder de observar, recordar o passado e prever, assim, por analogia, as consequências do seu ato, - cria e recria o seu ambiente.

É importante atentar para o destaque que o autor dá ao caráter dinâmico, "mutável", do processo humano, sobre como é enfatizada a "mutabilidade" da natureza humana, esse seu "estado" transitório, essa sua constante transformação. De tal modo enfatiza que se é levado a entender que essa qualidade é, em si, o que substancia a natureza humana⁸, quando, na verdade, embora essa qualidade seja um importante elemento do processo humano, ela é uma decorrência da materialidade humana, isto é, do processo de produção material das condições necessárias à vida do homem; é o que podemos depreender da seguinte afirmação de Marx (2012, p. 46):

As relações sociais em que os indivíduos produzem [...] transformam-se com a alteração e o desenvolvimento dos meios materiais de produção, as forças de produção. [...] na sua totalidade, formam aquilo a que se dá o nome de relações sociais, a sociedade, e, na verdade, uma sociedade num estágio histórico e determinado de desenvolvimento [...]

Mas, em Anísio, nos parece que é o *movimento* em si do processo humano, o que qualifica substancialmente o homem. Embora critique as filosofias idealistas, moralistas, a sua concepção de homem acaba por tomar como fundamental o que é *decorrente* da materialidade do processo humano; dessa forma, termina por afirmar determinado tipo de idealismo, senão, um materialismo envergonhado, porque não vai às últimas consequências em sua concepção material do processo humano. Na verdade, a sua filosofia política, emanada e conformada ao sistema do capital, não

⁸ Teixeira (1968, p. 29): Tudo está a mudar e a se transformar. Não há nada fixo. A experimentação científica é um método de progresso literalmente ilimitado. De sorte que o homem passou a ver tudo em função dessa mobilidade. Tudo que ele faz é um simples ensaio. Amanhã será diferente. Ele ganhou o hábito de mudar, de transformar-se, de "progredir", como se diz. E essa mudança e esse "progresso" o homem moderno os sente: é ele que os faz.

deixa ver que a pressa, a flexibilidade, a fluidez etc., constituem uma característica, uma necessidade, da materialidade capitalista, deslindada por Marx (2012, p. 60):

Vemos como o modo de produção, os meios de produção são assim continuamente transformados, revolucionados [...] É essa lei que faz a produção burguesa sair constantemente dos seus velhos trilhos e obriga o capital a intensificar as forças de produção do trabalho, porque as intensificou, a lei não lhe concede nenhum descanso e permanentemente lhe sussurra: Em frente! Em frente!

Na verdade, a filosofia política de Anísio tenta explicar o processo humano por sua materialidade, mas, não vai às últimas consequências nessa tentativa, porque tal materialidade desvelaria o sistema do capital em sua contradição fundamental; então, é levado a equívocos que o fazem acreditar, por exemplo, que o desenvolvimento das tecnologias, dos métodos de produção, fará desaparecer a pobreza, a miséria etc.; bem como, à visão de que na "nova civilização", no capitalismo, "a riqueza individual" tem importância menor. É o que podemos constatar na seguinte afirmação, Teixeira (2006, p. 157):

Estamos em marcha para nos organizarmos e produzir, no ritmo e com os métodos da civilização industrial, a fim de vencermos a miséria e o subdesenvolvimento. A nova civilização tem exigências educativas. [...] Um dos mais profundos resultados dessa nova civilização é a menor importância da riqueza individual, porquanto passarão a ser acessíveis a todos as coisas que a riqueza costumava trazer aos ricos e que dela faziam um privilégio. [...] Já imaginastes o que será uma sociedade em que a riqueza individual seja um mal a evitar?

De fato, essa visão de mundo não o deixa perceber que as tecnologias, métodos etc., são expressões das relações sociais de produção requeridas por determinada estrutura; assim, não podem, per si, subverterem a estrutura sobre a qual está assentado o processo produtivo do qual decorrem e tendem sempre à sua confirmação. Assim, Anísio trata o trabalho como "obra de ajustamento do homem ao meio" e não como a atividade de transformação da natureza ou do meio para atender as necessidades materiais do homem. Transparece na concepção anisiana, certa naturalização do processo humano, ainda que diga o contrário; notadamente na afirmação de que o que faz o homem criar e recriar o seu ambiente é o fato deste ser "dotado em grau mais alto o poder de observar, recordar o passado e prever";

porque não se vê claramente a afirmação de que é a atividade material, as relações sociais estabelecidas entre os homens no processo produtivo, que criam aquele "dom", ou "dote". Na verdade, determinado "poder" de "observar", de "recordar", "prever" etc., é expressão espiritual de determinada materialidade. É nesse processo material que a espiritualidade do homem também se desenvolve, é no processo de transformação da natureza para atender as suas necessidades vitais, a que podemos denominar de processo de trabalho, que o homem "*diferencia-se e distancia-se da natureza*"⁹ para se fazer homem.

O que, de fato, se impõe na visão de mundo *anisiana*, determinantemente, é o *espírito* do capital, precisamente o espírito do sistema capitalista. Dessa forma, em resumidas contas, esse espírito, para preservar a materialidade da qual origina, busca bloquear o movimento de humanização da humanidade, reduzindo-o aos limites do processo capitalista de produção. Para isto, tal concepção, dará sempre maior importância, prevalência, ao indivíduo, à atividade individual, de modo a fragmentar, reduzindo, o caráter social, coletivo, da humanidade à forma do indivíduo. É essa concepção de homem que orientará Anísio sobre o processo educacional, especialmente sobre o processo educacional-escolar, como elemento fundante da construção do seu projeto nacional; este que, portanto, afigurará como tentativa de reformar, preservando, em face da realidade brasileira, a ordem capitalista. Assim diz Teixeira (2006, p. 254):

A educação nas democracias, a educação intencional e organizada, não é apenas uma das necessidades desse tipo de vida social, mas condição mesma de sua realização. Ou a educação se faz o processo das modificações necessárias na formação do homem para que se opere a democracia, ou o modo democrático de viver não se poderá efetivar.

Desse modo, tal processo e tal projeto, desenvolver-se-ão insuficientes para a construção hegemônica das massas trabalhadoras, portanto, como *hegemonismo*, isto é, como construção político-pedagógica da submissão/conformação das massas trabalhadoras àquela ordem. Tal conformação, longe de significar passividade absoluta ou inação dessas massas, admite e estimula determinada atividade política: precisamente a atividade, a participação, requerida pela dinâmica própria e

⁹ Neto e Braz (2012, p. 43).

afirmadora de tal ordem. É no sentido de desenvolver a capacidade do indivíduo para essa atividade, é para formar o indivíduo com este *novo* modo de ser, que Anísio propõe a reforma educacional-escolar. É o que está indicado na seguinte afirmação:

Este conceito, pelo qual o indivíduo não se opõe à sociedade e às instituições, mas se realiza por meio delas - que são os instrumentos da sua liberdade, como o saber, o conhecimento e a ciência são, por outro lado, novos instrumentos desta sua crescente liberdade -, fará com que o aluno perceba a necessidade de sua lealdade às instituições e ao saber, que aprenderá a amar como condição do seu crescimento e de sua força. Teixeira (2006, p. 262)

É assim que a Escola, o conhecimento, a ciência, antes de se afigurarem como elementos fundamentais para a elaboração de uma nova materialidade econômico-social, em que as massas trabalhadoras tivessem presença determinante no sentido de subjetivarem o real conforme as suas necessidades e interesses, impõem-se como instrumentos de negação dessa perspectiva. De outro modo: a ciência, o conhecimento, a escola, afiguram-se nessa concepção como elementos da nebulosidade ideológica do pragmatismo e, assim, para a afirmação da estrutura econômico-social da "ordem capitalista," mediante a educação, "mais prática do que intelectualista",¹⁰ conformadora do indivíduo nessa estrutura. É assim que, segundo Semeraro (2006, p. 66), para Gramsci

[...] à diferença de Hegel [que] pode ser considerado como o precursor teórico das revoluções liberais do séc. XIX, os pragmatistas, no máximo, têm ajudado a criar o movimento do Rotary Club ou a justificar todos os movimentos conservadores e reativos.

Evidenciada a substância econômico-social que determina a filosofia política de Anísio Teixeira, aflorada a natureza do seu projeto nacional, emerge no horizonte dessa construção social o seu caráter fundamental: reformar o sistema capitalista no sentido da sua preservação. Daí a necessidade do seu conceito de homem reduzir-se ao homem limitado à sua individualidade, evadindo-se, desse modo, da análise e da interpretação da sociedade moderna, a sociedade do capital, a partir da sua divisão estrutural entre classes sociais antagônicas: a classe dos

¹⁰ Teixeira (1957, p. 52)

proprietários dos meios de produção fundamentais, e a classe dos não-proprietários, dos trabalhadores. Importante perceber, então, como Anísio concebe esse indivíduo historicamente, isto é, vinculado à "origem histórica da democracia"¹¹ datada do século XVIII. Afirma Teixeira (2006, p. 255):

A falha da teoria individualista era, porém, não ser suficientemente individualista. [...] esquecia-se de que o indivíduo, por si só, é impotente; de que sua força decorre do seu *poder de realizar* e que este [...] decorre do grau de educação e do volume dos seus meios econômicos.

O fato, porém, é que evoluímos [...] desse individualismo, na realidade apenas para alguns, para o novo individualismo para todos, reconhecendo que a vida precisa institucionalizar-se de forma a permitir que [...] todos os indivíduos encontrem [...] condições também favoráveis para aplicar estas qualidades comuns e particulares [...] com as limitações inevitáveis da participação geral.

Dessa forma, a construção de tal projeto nacional se desenvolveria como a *cooperação* de uma miríade de indivíduos que, concebidos como indivíduos em si, assim seriam educados e no sentido de integrarem a sociedade por meio de suas atividades individuais, as quais se desenvolveriam como elaboração da "sociedade democrática"¹². Nesta, as classes sociais tomam uma formatação que não expressa a rigidez estrutural do *capitalismo real*, menos ainda a luta de classes; as classes se afiguram *abertas* à participação dos indivíduos, os quais, estabelecendo relações de cooperação entre si, superariam os conflitos, a luta de classes, realizando-se socioeconomicamente etc.

Assim, na concepção *anisiana*, a história, como construção humana, não é negada de pronto; mas, ao invés de ser concebida como construção em aberto da humanidade, é vista como o processo do desenvolvimento da "sociedade democrática", como o desenvolvimento da sociabilidade determinada pelo capital. Daí que, para conformar o homem nesses limites, precisa *naturalizar* o processo do capital, tratando-o como os limites intransponíveis da evolução do processo humano e, este, como o resultado da ação fragmentada do homem, do indivíduo limitado a si mesmo; assim, bloqueia a história da humanidade, o processo de humanização do homem, com os limites do capitalismo. É dessa forma que o *vir a*

¹¹ Teixeira (2006, p.255)

¹² Teixeira (2006, p. 253-264).

ser do homem em Anísio, está limitado a ser o indivíduo burguês, ou o *homem democrático*¹³.

Condição e Necessidade Histórica Dos Trabalhadores

Para a filosofia política anisiana, a existência de governantes e governados não decorre de uma determinada materialidade econômico-social, nem a relação hierarquizada entre esses se daria por imposição da respectiva condição em tal materialidade. Como a humanidade se desenvolveu pela atividade de indivíduos, tal fato, a existência de governantes e governados, bem como a relação entre estes, são explicados pela capacidade, o tirocínio, a disposição, o protagonismo, as qualidades, enfim, que cada indivíduo conseguiu ou pode desenvolver. São essas individualidades que constituirão, justapostas, as *elites* governantes e a massa trabalhadora, de maneira que a sociedade democrática, para o seu pleno desenvolvimento e realização, exigiria a *qualificação intelectual*, a educação, de todos a partir de cada indivíduo em particular.

Com efeito, a crítica anisiana à realidade nacional em que estava imerso criticamente, se realizará em direção aos indivíduos, isto é, às atitudes ou atividades individuais, notadamente aos indivíduos que constituem a elite ou elites governantes; é o que podemos verificar em sua afirmação:

[...] os governos e as forças econômicas, ou seja, os funcionários e os homens de empresa, transformados em forças poderosíssimas, também entraram a agir com certa irresponsabilidade, consequência, inclusive de um real e fundamental estado de ignorância, em relação aos problemas que a nova ordem suscitou e suscita. Teixeira (2006, p. 143)

De fato, essa crítica não alcança, como confronto, a materialidade capitalista, de forma a orientar um projeto econômico-social que indicasse a sua superação em favor das massas trabalhadoras, na medida em que atribui a indivíduos em si, a responsabilidade sobre as crises do capital etc. Assim, toma os governantes e os problemas da *nova ordem* apartados da estrutura econômico-social, apresentando-os determinados pela ignorância, pela irresponsabilidade, das

¹³ Teixeira (2006, p. 259).

elites governantes e pelo despreparo educacional-cultural das massas. Concebidos assim, as crises ou problemas sociais são solucionados na própria ordem, pela atitude do indivíduo "esclarecido", "comprometido"; vejamos, o que defende Teixeira (2006, p. 144):

Duas grandes experiências sociais [...] vêm produzindo métodos capazes de dar eficácia à ação individual, sem a qual o homem deixará de ser homem para se fazer uma simples engrenagem da ordem coletiva [...] a de Gandhi, na luta pela independência indiana: a resistência individual pela não-violência. A outra é a do governo democrático, como o conceberam os anglo-saxônios, pelo autogoverno local, pela cooperação voluntária e pelo regime da maioria".

Mas o governo democrático, para se conservar democrático e se aperfeiçoar como tal, exige cuidados especiais dos governantes e dos governados. Exige [...] a mais extrema divisão de poder político [...] da maior descentralização possível. E o regime eleitoral [...] deve ser de ordem a dar ao indivíduo o sentimento de que seu voto conta.

Vê-se, nessas *soluções anisianas* para as crises do sistema capitalista de produção, a tentativa da naturalização do próprio sistema, o qual careceria apenas de "ajustes", "aperfeiçoamentos"; os quais, o indivíduo educado adequadamente para a vida social, estaria capacitado para realizar ou cooperar no sentido da sua superação. Na verdade, a *crítica anisiana* se desenvolve como reclamos do espírito às imperfeições do corpo do qual emana, desse modo, tal espírito não deseja o fim da materialidade à qual a sua existência está definitivamente vinculada. Eis como se afigura concretamente a filosofia política anisiana, em face da realidade nacional.

Historicamente, não se tem, senão pela fé religiosa, é preciso lembrar, a confirmação de o espírito vagar, desenvolver atividades materiais, protagonizar transformações do real, per si; com efeito, a filosofia que orienta o *ser anisiano*, a sua teoria política fundada no pragmatismo deweyano, só pode materializar-se como afirmação da materialidade da qual é a expressão: o sistema do capital. Ora, a realidade nacional tem como materialidade fundamental, não o discurso da Escola Tradicional, nem as ideias ou atividades didático-pedagógicas das escolas orientadas por filosofias dualistas de origem medievais etc., tudo isso é *espírito* decorrente de determinada *materialidade*; o que temos como materialidade econômico-social hegemônica, que busca governar por todos os meios a sociedade como afirmação da própria preservação, é, precisamente, a estrutura capitalista, sobre a qual, contraditoriamente, a sociedade se desenvolve.

Evadir-se dessa realidade, significa, de fato, na perspectiva da condição, da necessidade e do interesse, fundamentais, das massas trabalhadoras, evadir-se da realidade concreta, da realidade historicamente determinada; mas, é isto o que a filosofia política de Anísio o leva a fazer. Em face da natureza do processo capitalista de produção, fundada na sua contradição fundamental determinada por sua estrutura material, que antagoniza proprietários e trabalhadores, tal procedimento teórico-metodológico se afigura, de fato, como negação da emancipação das massas trabalhadoras, enquanto classe social; o que, entretanto, não exclui a possibilidade, com raras exceções, do sucesso econômico-social de um ou outro indivíduo dessas massas - até para justificar a regra.

Na verdade, o que escapa nas análises e interpretações anisianas é, precisamente, a natureza do capitalismo que se desenvolve no Brasil e, portanto, a sua relação de dependência orgânica às praças centrais do capitalismo mundial¹⁴; daí, não perceber a materialidade que substancia as elites e seu governo, que, outros não são, senão, o governo da e para a classe proprietária. O modelo de desenvolvimento caracterizado pela dependência, pela *subalternização consentida*, é a forma com que este se desenvolve na América Latina, conforme nos ensina Florestan Fernandes (2009, p. 48-49):

[...] o tipo de capitalismo constituído na América Latina, que floresceu graças à modernização do arcaico, atinge a era da industrialização em grande escala e da exportação de produtos industrializados explorando com intensidade a arcaização do moderno. A inovação parece ser a regra: a "nova mentalidade industrial", as "novas estruturas econômicas", a "política para o desenvolvimento" etc. são os novos símbolos e orientações de valores dessa era. Todavia, a inovação incrusta-se em uma realidade socioeconômica que não se transformou ou que só se transformou superficialmente, que a degradação material e moral do trabalho persiste e como ela o despotismo nas relações humanas, o privilegiamento das classes possuidoras, a superconcentração da renda, do prestígio social e do poder, a modernização controlada de fora, o crescimento econômico dependente etc. [...] não se estabeleceu na "era industrial" - como se estabelecera anteriormente com a produção e a exportação de produtos primários - uma relação dinâmica entre capitalismo e descolonização. Para se expandirem e consolidarem, o mercado capitalista moderno, primeiro, e o sistema de produção capitalista, em seguida, adaptaram-se, de uma maneira ou de outra, a estruturas socioeconômicas de origem colonial ou variavelmente pré-capitalistas e dependentes. Por isso, os novos

¹⁴ Para maior aprofundamento nesse sentido é interessante o trabalho de Rummert et al. (2011).

surtos de rápido crescimento econômico renovam e fortalecem desigualdades econômicas sociais e políticas que são incompatíveis com a ordenação em classes sociais. Incapaz de provocar uma revolução urbana - como foi incapaz de produzir uma revolução agrícola - o capitalismo em questão faz com que a história social do campo se reproduza na evolução das grandes metrópoles e das cidades.

De fato, a classe proprietária, que Anísio, por sua concepção de mundo, prefere denominar de "elite dirigente", para não admitir a "sociedade democrática" dividida em classes sociais antagônicas, é mais realista que Anísio em relação à repartição internacional do trabalho: ela está conformada com a/na condição de subalternidade à burguesia mundialmente hegemônica, para ser a classe governante e dominante aqui, internamente. Tal conformismo fará o capitalismo, ou o sistema produtivo, desenvolver-se com característica específica de subalternização em face das metrópoles. Desse modo, a não realização do projeto nacional nos moldes anisiano, longe de significar a ausência de um projeto nacional ou de expressar falta de esclarecimento e de consciência das elites governantes, expressa, concretamente, o modo de ser dessas elites, isto é, afirma o tipo de sociedade que faz a classe proprietária-governante ser o que é. É nesse sentido que podemos entender a essência do problema educacional brasileiro - para além e em superação ao que propôs Anísio Teixeira.

Portanto, a realidade nacional concreta é a realidade do *liberalismo real*, que, é verdade, aqui se desenvolve com determinadas especificidades, conforme vimos nas afirmações de Florestan Fernandes. Entretanto, tais especificidades não tornam a condição das massas trabalhadoras brasileiras, dos que, no Brasil, vivem do próprio trabalho, estruturalmente diferente da classe trabalhadora das praças centrais do capitalismo mundial; ainda que em tais metrópoles, parte considerável dos trabalhadores tenham condições de vida e trabalho melhores que os daqui, a natureza do modo de produção capitalista, fundada na valorização do capital, não se desenvolve menos exploradora que a dos trópicos. Tanto lá como cá, o modo capitalista de produção só se desenvolve, materializa-se concretamente, com a subsunção real do trabalho no capital; com efeito, a classe trabalhadora, esta que só dispõe da própria capacidade de trabalho para garantir (mediante a venda da sua força de trabalho aos proprietários, aos capitalistas, como mercadoria) sua condição

material de vida, por essa sua condição, acha-se vinculada estruturalmente ao processo de valorização do capital.

É dessa materialidade que decorre a sociabilidade burguesa, que Anísio denomina de "sociedade democrática", tal sociedade só pode se desenvolver como expressão da lógica da valorização do capital, que exige a subsunção real do trabalho no capital; daí que a construção da autonomia das massas trabalhadoras, essa construção político-pedagógica que em Gramsci (2010, p. 15-53) é tratada como hegemonia, uma "construção hegemônica", portanto, só pode se desenvolver como negação/superação daquela estrutura. Eis a insuficiência, o limite intransponível, do que propõe e defende Anísio em face da necessidade histórica de emancipação das massas trabalhadoras. Assim, não há como conceber o seu "projeto nacional" para além de uma reforma epidérmica do "liberalismo real", este que aqui se desenvolvia com aquelas especificidades; portanto, não se tratava de um projeto de emancipação das massas trabalhadoras, antes, pretendia "elevar" o país ao status de grande potência capitalista, o que, se realizado, poderia significar melhorias na condição de vida e trabalho de parcelas significativas da massa trabalhadora - à custa da exploração dessa mesma classe em outras praças do mundo.

Considerações Finais

O projeto nacional de caráter liberal-democrático de Anísio Teixeira não se impôs ao "liberalismo real" que a classe proprietária-governante realizava aqui e, com o qual, fazia-se, afirmava-se, como a classe dominante. Esse projeto *hegemonista* se desenvolvia como necessidade própria da classe proprietária para preservar a sua condição econômico-social, preservando, assim, o seu vínculo orgânico de subalternidade às burguesias dirigentes das praças centrais do capitalismo mundial, com quem repartia a mais-valia extraída das massas trabalhadoras brasileiras.

Assim, em face da radicalidade político-ideológica requerida pela condição social das massas trabalhadoras, no sentido da sua emancipação econômico-social, é que se evidencia a insuficiência do projeto anisiano. Entretanto, é preciso anotar que, vitorioso o projeto nacional de Anísio Teixeira, ainda que não representasse a perspectiva daquela emancipação, a conformação econômico-social resultante da

responsabilização do estado pelo ensino público, poderia ter estabelecido uma plataforma importante para as lutas e conquistas dos trabalhadores, superior ao que permaneceu e se desenvolveu. Tem-se assim, uma interpretação da luta anisiana a partir do conceito gramsciano de Revolução Passiva¹⁵, buscando entende-la por sua importância para a construção da radicalidade emancipacionista das massas trabalhadoras, no sentido da superação do capitalismo.

Com efeito, a não efetivação do projeto de educação e de sociedade de Anísio Teixeira, afigura-se como derrota também para a classe trabalhadora, pois, na medida em que os setores dominantes da classe proprietária conseguiram impor o seu "projeto nacional" ao país, o fez na forma de um capitalismo o mais atrasado. Esse projeto se desenvolveu e se desenvolve, não para afirmar a autonomia do país e da sociedade, mas, para preservar e se desenvolver o *hegemonismo* desses setores da burguesia nacional, conformados, subalternamente, à lógica capitalista da repartição internacional do trabalho.

Esse *hegemonismo* faz da classe proprietária-governante brasileira, em face das burguesias mundialmente dominantes, uma parceira-menor no governo do mundo, mas, com poder e domínio sobre a realidade nacional, notadamente sobre as massas trabalhadoras, para realizar aqui, pelo consenso e pela força, o processo capitalista de produção. Então, o projeto de país e de sociedade decorrente, necessário para a afirmação daquele hegemonismo, só pode se desenvolver negando às massas trabalhadoras qualquer protagonismo afirmador de si como partícipes do governo da sociedade. Portanto, o processo político-pedagógico que se desenvolve na sociedade, precisamente sobre as massas trabalhadoras, que é o processo de conformação dessas massas à sociabilidade burguesa, se desenvolve como naturalização do capitalismo e, assim, como a negação da capacidade governativa das massas; com efeito, a participação destas no governo da sociedade se reduz cada vez mais à formalidade do voto. É assim que, diante de todos os problemas governamentais, o hegemonismo cria "soluções" institucionais, sem povo, sem a presença física dos trabalhadores.

¹⁵ Gramsci (1989, p.77): "[...] o critério interpretativo das modificações moleculares que, na realidade, modificam progressivamente a composição precedente das forças e, portanto, transformam-se em matriz de novas modificações".

Vê-se, portanto, que o projeto anisiano está deliberadamente ancorado em uma determinada materialidade, de modo que, por esse aspecto, tenta evadir-se dos limites do pedagogismo, essa concepção idealista de educação que busca discutir e entendê-la em seus próprios limites; entretanto, a materialidade que dá substância a esse projeto é a mesma que substancia a realidade que ele critica e quer transformar. Daí que embora busque transbordar a filosofia política do pedagogismo, fundada no dualismo entre o fazer e o pensar, entre o trabalho e a educação etc., não consegue romper com o idealismo filosófico, na medida em que concebe o problema nacional como erros e equívocos da vontade individual das personalidades que dirigem o país, das elites governantes, e não como a expressão da materialidade capitalista, cujo sujeito social dominante é a burguesia como classe social e não individualidades.

No final das contas, a concepção anisiana de homem é o homem fragmentado, indivíduo fundado em sua própria individualidade, que é a concepção requerida pela lógica da valorização do capital; desse modo, ao defender o processo humano como um processo que precisa se desenvolver "abertamente" no sentido da construção da sociedade democrática, toma-o não em face do que requer o processo da humanidade, isto é, da humanização do homem, mas, como o processo do capital. Assim, a humanidade é reduzida ao processo capitalista, de modo que o seu fim não é o seu próprio desenvolvimento em aberto, ilimitadamente, mas, o desenvolvimento, a preservação, do sistema do capital.

Ora, o desenvolvimento em aberto da humanidade, pressupõe a concepção do sistema do capital como um momento do processo humano, como uma "etapa" da história da humanidade - nada mais que isto; ainda que este momento capitalista signifique a superação "qualitativa" de todas as etapas ou momentos antecedentes. Com efeito, está concebida a superação desse sistema como necessidade para o livre desenvolvimento do processo de humanização da humanidade. Dessa forma, tentar impor o processo do capital como sendo este o processo da humanidade, significa, em resumidas contas, atender aos interesses e necessidades egoísticas de uma classe social no sentido da sua perpetuação como classe dominante. Trata-se do processo político-pedagógico de aburguesamento do homem; trata-se, precisamente, da conformação das massas na "sociedade democrática", a forma societária burguesa.

Enfim, temos que a radicalidade que emerge das organizações, movimentos e lutas das massas populares, desenvolvem-se no sentido de enfrentar/superar não "apenas" o sistema capitalista, mas, o sistema do capital que, conforme Mészáros (2011), não se restringe à forma capitalista; assim, desenvolve-se como construção político-pedagógica de elaboração do novo homem/mulher e da nova sociedade. O corolário teórico-metodológico dessa construção é a Filosofia da Práxis, que se realiza como superação das filosofias emanadas e afirmadoras da materialidade do capital; portanto, em superação à visão de mundo e do mais que propõe Anísio em termos político-educacionais.

Assim, a educação, a escola, notadamente a educação-escolar desenvolvida na Escola Pública, longe de ser apenas o elemento "técnico" de conformação das massas à sociabilidade burguesa, emerge, para a Filosofia da Práxis, como instrumento e ambiente em disputa. Esta disputa, longe de expressar apenas o interesse, a vontade etc., dos indivíduos em si, destes limitados às suas individualidades, expressa as necessidades, os interesses materiais e espirituais das classes sociais fundamentais, os quais se materializam na forma da tentativa burguesa de preservar a própria condição de classe proprietária, e, antagonicamente, na forma das lutas, movimentos e organizações dos trabalhadores desenvolvidos no sentido da superação da sociedade burguesa.

Referências

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 4ª ed. São Paulo: Global, 2009.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo**. Vol. 2. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2010.

LOSURDO, D. **Contra-História do Liberalismo**. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2006.

MARX, K. **A guerra civil na Franca**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. **Capítulo VI inédito de O Capital, resultados do processo de produção imediata.** 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2010.

MARX, K. **Trabalho assalariado e capital & Salário, preço e lucro.** 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MARX, K, ENGELS, F. **A ideologia alemã, teses sobre Feuerbach.** São Paulo: Moraes, 1984.

MARX, K, ENGELS, F. **O Manifesto do Partido Comunista.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital.** 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital.** 2ª. São Paulo: Boitempo, 201.

NETTO, J. P., BRAZ, **Economia Política - uma introdução crítica.** 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

RUMMERT, S., ALGEBAILÉ, E., VENTURA, J. **Educação e formação humana no cenário de integração subalterna no capital-imperialismo.** In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 34, 2011, Natal, RN.

SEMERARO, G. **Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis.** Aparecida, SP: Idéias e Letras, 2006.

TEIXEIRA, A. **Educação e o mundo moderno.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

TEIXEIRA, A. **Educação não é privilégio.** Rio de Janeiro: José Olímpio, 1957.

TEIXEIRA, A. **Pequena introdução à filosofia da educação - a escola progressista ou transformação da escola.** 5ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.